
Ata da 72ª Reunião do GTOP - Grupo de Trabalho da Operação

Local : Escritório da COPEL – São Paulo/SP

Data : 31 de maio e 01 de junho de 2010

Presentes:

1. Luiz Hamilton Moreira (Coordenador)	COPEL
2. Hugo Mikami	COPEL
3. Rafael de Souza Favoreto	ITAIPU
4. Valdeci Goulart	AES TIETE
5. Janízaro Pereira Júnior	FURNAS
6. Antônio de Melo Cavalcanti	CHESF
7. Eloi José Severino de Souza	ELETRONORTE
8. Henrique Nunes Braga	CEMIG
9. Carlos Roberto Polli	DUKE ENERGY
10. Pedro José A. L. da Rosa	CEEE-GT
11. Marcelo Eugênio Bruno de Azevedo	CEEE-GT
12. Orlando M. Machado Filho	CESP
13. Paulo Sérgio Quintanilha Filho	EDP
14. Jackson M. P. de Carvalho	EMAE

Desenvolvimento da reunião:

1) Análise e discussão dos rebatimentos associados aos Ofícios 076 e 078/2010-SRG/ANEEL, que tratam da consideração nos PMOs do tempo de retorno das usinas térmicas que se encontram em estado de hibernação

Principais pontos discutidos:

- ü Consideração ou não do tempo de retorno em todas as semanas operativas do PMO e suas revisões;
- ü Questão legal quanto à implementação do critério (aumento da TEIP e suas consequências);
- ü Consideração na modelagem do tempo de indisponibilidade, a exemplo da modelagem adotada nas UTEs a GNL;

Após a análise dos assuntos, o grupo INTERPRETOU que o tempo de retorno das usinas térmicas que se encontram em estado de hibernação, deve ser considerado como uma indisponibilidade somente quando vier a ser solicitado a gerar pelo ONS.

Tendo em vista a falta de clareza na interpretação dos referidos Ofícios, o grupo sugere o agendamento de uma reunião da ABRAGE com a ANEEL para os esclarecimentos necessários, conforme correspondência anexa.

2) Elaboração de proposta para a apresentação do GTOP no Workshop sobre Repotenciação, Modernização e Instalação de Novas Unidades Geradoras em Usinas Hidrelétricas Existentes, a ser realizada no dia 09 de junho

O Coordenador mostrou uma pré-apresentação contendo balanços de potência e outras informações expondo os problemas associados com o atendimento do requisito de demanda máxima do SIN. O grupo alinhou propostas no sentido de destacar a necessidade de expandir os recursos de potência, bem como definir formas de incentivar o investimento em recursos de geração especificamente para o horário de ponta.

3) Análise do desenvolvimento do modelo DESSEM-PAT

Mais uma vez, o grupo manifestou grande preocupação quanto ao atual estágio de desenvolvimento do modelo DESSEM-PAT, tendo em vista que os agentes não têm recebido notícias sobre o tema. Causa grande preocupação o fato do relatório preliminar de validação indicar a finalização da “validação funcional” e a aprovação para a próxima etapa de testes. Foi observado que comentários sugeridos pelos agentes na ata da 11ª. Reunião da FT-DESSEM-PAT não foram inseridas. Chamou atenção, também, o fato de que os resultados apresentados nos testes funcionais ficaram totalmente descolados daqueles praticados na operação real. Outro aspecto relevante foi no sentido de ratificar o acordo assinado entre os agentes e o ONS que definiu um limite de até 5 patamares de carga para o modelo DESSEM-PAT.

Devido aos problemas apontados, sugerimos que a ABRAGE agende uma reunião com o ONS para os devidos esclarecimentos.

4) Comentários sobre a mudança na metodologia da definição da série de referência utilizada nos Procedimentos Operativos de Curto Prazo – POCP

O grupo não concorda com as alterações, sem a participação dos agentes setoriais, ocorridas na determinação da série de referência de vazões a ser adotada nos Procedimentos Operativos de Curto Prazo – POCP. Durante a elaboração do PMO de abril/2010 diversos agentes de geração já se manifestaram a respeito e solicitaram providências ao ONS. Até o momento não obtivemos nenhuma resposta deste Operador.

Cabe destacar que a metodologia anterior, utilizada em 2009, foi amplamente discutida com os agentes, sendo posteriormente submetido à Audiência Pública (AP 062/2008) da ANEEL, inclusive com contribuições da ABRAGE, o que possibilitou uma melhor transparência e o aperfeiçoamento do processo como um todo.

Posteriormente, foi observado durante os PMOs dos meses de maio e junho/2010, como resultado da aplicação do POCP, despachos térmicos de maneira intermitente,

fato totalmente indesejável na operação de usinas térmicas. Este mesmo problema foi relatado durante a elaboração do PMO do mês de junho/2010 e solicitado ao ONS as devidas providências.

Como providência, o grupo sugere à ABRAGE minutar uma correspondência à ANEEL solicitando à mesma um procedimento de validação através de uma nova Audiência Pública, a exemplo da sua implantação.

5) SAMUG-WEB

Sugerimos agendar uma reunião com o CNOS para tratar de aprimoramentos no novo sistema SAMUG relativo à consistência dos dados. Esta reunião tem como objetivo aprimorar o sistema, conforme sugerido na última reunião entre a ABRAGE e o CNOS.

6) Assuntos gerais

O grupo comentou que sistematicamente as solicitações e comentários dos agentes registrados em atas de reuniões junto ao ONS não vêm obtendo retorno e/ou providências por parte do Operador. É de suma importância que nestas ocasiões os agentes exerçam uma forte cobrança devidamente registrada em ata.

Na ocasião da reunião entre a ABRAGE e o CNOS, conforme solicitado no item 5, o grupo deverá solicitar ao Operador a disponibilização de informações em tempo real de carga e geração do SIN.